

A. Pública 151

**PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS:
O CASO DO PROGRAMA TCHUMA-TCHATO EM MÁGOÈ**

Tiago F. Nhazilo

**Trabalho Submetido em Cumprimento de Requisitos Parciais para Obtenção do Grau
de Licenciatura em Administração Pública**

Departamento de Ciência Política e Administração Pública

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: dr. Zefanias Matsimbe

Maputo, Setembro de 2004

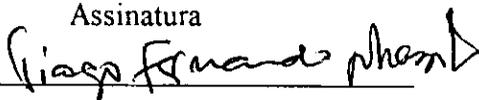
DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho de fim de curso intitulado "Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais: O Caso do Programa Tchuma-Tchato, Mágoè" resulta do meu próprio esforço intelectual, que todas as fontes bibliográficas utilizadas sob forma de referência ou citação ao longo do investigação foram devidamente reconhecidas e indicadas na lista bibliográfica. Declaro também que este trabalho nunca foi apresentado, parcial ou totalmente, em qualquer outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.

Tiago Fernando Nhazilo

Setembro de 2004

Assinatura



Supervisor: doutor Zefanias Matsimbe (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo)

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade vão os meus profundos agradecimentos. Agradecimentos especiais vão para a IUCN por ter garantido o suporte financeiro, sem o qual teria sido difícil a realização deste trabalho; ao meu supervisor, o dr. Zefanias Matsimbe, pelo tempo e paciência dispensados desde as primeiras fases da concepção do projecto de pesquisa até ao trabalho final; aos meus amigos e colegas de turma do ano lectivo 99/2000, pelo apoio moral durante todo o processo da minha formação. Dos amigos um agradecimento particular vai para Fonseca Silva, pelo apoio durante a realização do estudo empírico em Tete. Aos meus irmãos, tios, primos e toda a família expresso profunda gratidão pela confiança que depositaram em mim durante o longo processo de formação e pelas sugestões que me deram para a realização deste trabalho.

Porque seria difícil mencionar nomes de todos neste trabalho gostava que mesmo os que não têm os seus nomes aqui mencionados se sentissem também incluídos.

RESUMO

O presente trabalho "Participação da Comunidade no Maneio dos Recursos Naturais: O Caso do Programa Tchuma-Tchato, Mágoè" explora a dinâmica entre os vários intervenientes no maneio dos recursos naturais, bem como os mecanismos de partilha de custos e benefícios resultantes de exploração dos recursos naturais locais no programa Tchuma-Tchato, situado na localidade de Bawa, Distrito de Mágoè, Província de Tete.

A realização deste estudo compreendeu as seguintes etapas: elaboração do projecto de pesquisa, revisão da literatura, trabalho do campo, análise de dados e elaboração do texto final. A recolha de dados compreendeu duas fases nomeadamente a colecta de dados escritos sobre a matéria em estudo e a realização do trabalho de campo com aplicação de entrevistas semi-estruturadas, observação directa no terreno e conversas informais.

Os resultados da pesquisa empírica infirmam as hipóteses levantadas, porque as comunidades apresentam uma forte capacidade interventiva no processo de maneio dos recursos naturais. Foi possível constatar a existência de instituições comunalmente constituídas e que gozam de credibilidade e legitimidade na orientação da intervenção da comunidade em todas as actividades relacionadas com o maneio dos recursos naturais aí existentes, principalmente da floresta e fauna bravia..

O estudo conclui que sem o envolvimento da comunidade local, suas instituições e organizações no desenho das estratégias para o maneio dos recursos naturais, o maneio sustentável desses mesmos recursos e a redução da pobreza das populações que dependem desses recursos para a sobrevivência, dificilmente serão alcançados. Contudo, o estudo enfatiza a necessidade de o governo e outras instituições que trabalham no maneio dos recursos naturais valorizarem as iniciativas da comunidade, visto que a ela cabe a missão de implementação de políticas sobre os recursos naturais tendo em conta a satisfação das necessidades básicas da comunidade, bem como das suas gerações futuras. O estudo defende que se deve potenciar cada vez mais as práticas comunitárias e difundir ou espalhar iniciativas semelhantes ao Programa Tchuma-Tchato para outras regiões do país.

INDICE

DECLARAÇÃO.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iii
CAPITULO 1: INTRODUÇÃO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO.....	1
1.2 OBJECTIVOS DO ESTUDO.....	3
1.3 INTERESSE PELO TEMA E PELO PROGRAMA TCHUMA-TCHATO.....	4
1.4 HIPÓTESES.....	5
1.5 METODOLOGIA USADA PARA COLECTA DE DADOS.....	5
1.6 RESUMO DOS CAPÍTULOS.....	7
1.7 CONCLUSÃO.....	9
CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO.....	10
2.1 INTRODUÇÃO.....	10
2.2 LOCALIDADE DE BAWA: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	10
2.3 ASPECTOS BIOFÍSICOS.....	10
2.3.1 Clima e Vegetação.....	10
2.4 ASPECTOS SÓCIO- ECONÓMICO E ADMINISTRATIVOS.....	11
2.4.1 Formas de Sobrevivência.....	12
2.5. CONCLUSÃO.....	12
CAPITULO 3: REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3.1 INTRODUÇÃO.....	13
3.2 ENQUADRAMENTO DO MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS NO MUNDO E EM ÁFRICA.....	13
3.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO MANEIO DE RECURSOS NATURAIS.....	18
3.4 EXEMPLOS DE SUCESSO NO MANEIO COMUNITÁRIO.....	20
3.5 DISCUSSÃO TEÓRICO- CONCEPTUAL.....	24
3.6. CONCLUSÃO.....	26
CAPITULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA.....	28
4.1 INTRODUÇÃO.....	28
4.2 SURGIMENTO DO PROGRAMA TCHUMA-TCHATO.....	28
4.3 ESTUDO DE CASO: EXPERIÊNCIA E FORMAS DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS EM BAWA.....	29
4.3.1 Intervenientes no Maneio de Recursos Naturais em Bawa.....	31
4.3.2 Constituição dos Conselhos.....	32
4.3.3 Percepção dos Benefícios pela Comunidade.....	34
4.3.4 Oportunidades e Desafios.....	36
4.3.5 Mecanismos de Acesso aos Recursos Naturais.....	37
4.4 CONCLUSÃO.....	38
CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE DADOS.....	39
5.1 INTRODUÇÃO.....	39
5.2 MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS.....	40
5.3 O PAPEL DA COMUNIDADE NO MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS EM BAWA.....	42
5.4 CONCLUSÃO.....	44
CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO GERAL.....	45
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS.....	52

CAPITULO 1: INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A questão da participação comunitária na resolução dos seus problemas em geral e na gestão dos recursos naturais em particular ganhou, protagonismo a partir das últimas duas décadas do século XX, quando as instituições internacionais e governos nacionais começaram a despertar interesse na necessidade de envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões, uma tarefa inicialmente reservada ao Estado.

Mushove (2001) cita, Willy (2001) a dizer que hoje em dia muitas instituições governamentais reconhecem a sua incapacidade em sozinhas realizarem a gestão efectiva dos recursos naturais; e como alternativa têm sugerido abordagens que incentivam o envolvimento das comunidades locais como actores indispensáveis na formulação de políticas para manejo sustentável¹ de recursos, sua implementação e fiscalização, de modo a permitir uma justa partilha de custos e benefícios daí resultantes.

É no âmbito da inclusão da comunidade na elaboração de políticas que visam a resolução dos seus problemas que surge dentre várias estratégias, o envolvimento da comunidade no manejo sustentável dos recursos naturais. Esta estratégia, foi adoptada em todo o mundo como “movimento que consiste em pacotes, abordagens ou modelos diferentes cujo objectivo comum é aproveitar a oportunidade de cooperação que existe entre os diferentes intervenientes para que o Estado e as comunidades locais participem equitativamente na gestão dos recursos naturais” (Profemberger, 1996:24).

No contexto africano, onde se enquadra Moçambique, “o manejo comunitário de recursos naturais ganha mais relevância, uma vez que a grande maioria da população tem as suas vidas dependentes dos recursos da natureza, havendo necessidade de se adoptar uma estratégia que irá permitir a redução da pobreza através do envolvimento da comunidade

¹ Satisfação das necessidades básicas das gerações presentes sem comprometer as possibilidades de satisfação das necessidades das gerações vindouras.

na gestão dos recursos e na partilha de custos e benefícios daí resultantes” (Nhantumbo, 2001:15). Assim, todas as formas pelas quais o maneio comunitário se realiza caminham em direcção à satisfação de três grandes objectivos, a saber: *desenvolvimento sustentável*, através do uso adequado de recursos pela população local para satisfação das suas necessidades tendo em conta as gerações vindouras; *alívio à pobreza*, através de distribuição equitativa dos ganhos daí resultantes e *aumento da riqueza* por via de alastramento das escolhas.

Vários exemplos de maneio comunitário de recursos naturais a nível mundial, africano e moçambicano mostram que esta prática tem logrado sucesso na redução de pobreza, sustentabilidade na utilização dos recursos e melhoria das condições de vida das comunidades. Contudo, em muitos países ainda assiste-se a tomada de decisões por entidades que não fazem parte da comunidade, muitas vezes guiadas por interesses económicos ou políticos, como é o caso do sector privado e agentes governamentais (Matakala & Mushove, 2001).

Em África encontramos várias iniciativas de envolvimento da comunidade no maneio dos recursos naturais que lograram sucesso desejado (veja nos capítulos mais adiante). Moçambique é um país rico em recursos naturais desde os faunísticos, florestais, minerais e outros; é neste âmbito que o governo definiu como uma das principais metas a redução da pobreza através do envolvimento de todos os sectores na gestão dos recursos disponíveis. Assim, o maneio comunitário dos recursos naturais surge como uma abordagem que visa motivar a promoção do envolvimento dos seus utentes com vista a colher benefícios e garantir o seu uso sustentável (Nhantumbo, 2002). Deste modo, começa-se a assistir em Moçambique a valorização das iniciativas comunitárias na gestão do património comum, sobretudo no maneio dos recursos naturais, iniciativas que têm sido implementadas com sucesso, pois, reduzem sobremaneira o uso não sustentável dos recursos naturais, e a pobreza da população, principalmente nas zonas rurais.

1.2 OBJECTIVOS DE ESTUDO

Este estudo pretende explorar a dinâmica entre os vários intervenientes ou partes envolvidas no maneio comunitário, bem como compreender os mecanismos de partilha de custos e benefícios resultantes da exploração dos recursos naturais locais no programa Tchuma-Tchato, situado na localidade de Bawa, distrito de Mágoè, Província de Tete.

Mais especificamente, a pesquisa tem os seguintes objectivos:

- Identificar os vários intervenientes e respectivos papéis no programa, bem como compreender os mecanismos de coordenação, partilha de poderes e mecanismos de prestação de contas entre eles;
- Explorar as sinergias e conflitos entre os vários intervenientes, com mais enfoque para a análise do papel e influência exercidos pelas comunidades locais na gestão de conflitos ligados ao maneio de recursos locais.

Na prossecução destes objectivos, o estudo espera poder contribuir para o encorajamento das comunidades para uma maior e mais efectiva participação no maneio comunitário dos seus recursos, ao tentar incutir a ideia de que o projecto não pretende restringir o acesso aos recursos por uma mera causa, mas sim para a sua manutenção, através do seu uso sustentável, de modo a beneficiar também às gerações vindouras. As comunidades constituem parte integrante e indispensável no processo de tomada de decisões sobre o acesso, uso e aproveitamento dos recursos disponíveis, por isso qualquer tentativa de afastamento das comunidades pelos intervenientes “mais fortes” deveria ser desencorajada.

Identificados os principais intervenientes, bem como a forma como se organizam para uma gestão sustentável e os possíveis factores causadores de conflitos, se existirem entre eles, o estudo proporá um mecanismo que restabeleça a harmonia no seio das partes envolvidas, uma experiência que se poderá estender para outros projectos de maneio comunitário em que se revele necessário estabelecer uma “saudável” colaboração entre os intervenientes.

O estudo poderá também influenciar as políticas governamentais na sua visão sobre o conceito de comunidade e sua integração num vasto contexto de gestão dos recursos naturais e ainda procurará identificar os pontos fortes e fracos do envolvimento comunitário na gestão de recursos naturais, propondo mecanismos de fortalecimento da capacidade da comunidade para ganhar cada vez mais espaço para influenciar a tomada de decisões sobre utilização dos seus recursos.

O estudo também procurará saber se a importância da comunidade no maneo de recursos naturais que tanto se propala no programa Tchuma-Tchato em Bawa, levando a que seja considerado um projecto exemplar a nível nacional e internacional do envolvimento comunitário, é de facto real e verificável no terreno ou é apenas uma questão de discursos que nada têm a ver com a realidade.

1.3 INTERESSE PELO TEMA E PELO PROGRAMA TCHUMA-TCHATO

O interesse por este tema surgiu depois de lidas algumas obras e documentos que relatavam experiências bastante positivas do maneo comunitário dos recursos naturais em várias partes do mundo (veja por exemplo Hachileka, 2003 e Whande *et al*, 2003), experiências essas, que não somente permitiram uma justa partilha de custos e benefícios resultantes da utilização dos recursos, mas também reduziram os cada vez mais agudos problemas de degradação ambiental, especialmente em países em vias de desenvolvimento, onde grande maioria da população depende largamente da utilização directa dos recursos naturais.

A escolha de Tchuma-Tchato para estudo de caso deveu-se ao facto de este programa ser apontado como uma das experiências positivas no maneo comunitário dos recursos naturais em Moçambique e a nível da região Austral de África.

1.4 HIPÓTESES

Duas principais proposições nortearão esta pesquisa:

- A primeira hipótese é que sendo o Programa Tchuma-Tchato um produto de iniciativas externas à comunidade revela uma predominância de actores externos na sua implementação, o que resulta na injusta partilha de custos e benefícios manifestada pelo acesso limitado das comunidades locais aos recursos faunísticos (o principal meio de subsistência, uma vez que a região é pobre em agricultura) sem significativos retornos materiais ou financeiros, elevando deste modo os custos para a sua subsistencia:
- A segunda hipótese tem a ver com a multiplicidade das instituições na implementação do programa. A emergência de novas instituições, mais do que benefícios, trouxe mais problemas no seio da comunidade, resultantes das disputas pelo poder. Este fenómeno tende a afastar cada vez mais as comunidades dos seus recursos.

1.5 METODOLOGIA USADA PARA A COLECTA DE DADOS

Para a realização deste trabalho, vários dados foram recolhidos através de pesquisa bibliográfica, trabalho de campo baseado em entrevistas semi-estruturadas, observação directa e conversas informais. A pesquisa também compreendeu várias etapas concretizadas em diferentes áreas geográficas. O primeiro passo, dado em Maputo, consistiu na concepção do projecto de pesquisa, seguido de recolha de dados primários em Tete; o terceiro passo consistiu na recolha de dados em Bawa, local onde se encontra implantado o programa em estudo; o quarto e último passo consistiu na elaboração do texto final, do qual resultou este trabalho. Em cada um destes passos foram colectados dados de estudo já feitos sobre o manio comunitário de recursos naturais e políticas governamentais sobre a matéria, e mais concretamente, informações sobre o programa Tchuma-Tchato. A colecta das informações implicou a realização de visitas à gabinetes governamentais, algumas bibliotecas da Universidade Eduardo Mondlane (UEM),

bibliotecas dos centros de pesquisa como a União Mundial para a Natureza (IUCN), Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA) e assistência de vídeos que retratam matérias sobre gestão dos recursos naturais.

Depois de vários encontros de trabalho com o supervisor em Maputo, seguiu-se a preparação da viagem para o local da pesquisa em Bawa, incluindo delimitação do perfil do assistente de campo² que trabalhou como tradutor de citchewa (língua local) para Português (língua que falo). Depois da colecta de dados relevantes para o estudo em Maputo, o passo seguinte foi a ida no mês de Junho para Tete, tendo ficado os quatro primeiros dias úteis da semana em Tete (capitál), visitando instituições governamentais, que lidam com o programa em estudo. O método usado para a obtenção de dados consistiu na colecta de informações secundárias e orientação de entrevistas semi-estruturadas (Veja anexo 1) com responsáveis de sectores que lidam com o programa e outros intervenientes no processo. Esses materiais e entrevistas ajudaram a entender como essas instituições e seus departamentos entendiam e intervêm no processo de manejo de recursos naturais em Bawa.

Oito dias foram levados em Bawa, local de estudo. Aqui, o foco foi orientado para as comunidades, gestores do programa Tchuma-Tchato e representantes do sector privado. As entrevistas foram focalizadas para a percepção do conhecimento que as comunidades tinham do programa, suas vantagens e desvantagens, a forma de intervenção da comunidade no manejo dos recursos, a coordenação entre os vários intervenientes para uma gestão sustentável dos recursos. Particular atenção foi focalizada para entender o processo de tomada de decisões no que concerne ao uso, conservação e partilha de benefícios, resultantes da iniciativa do manejo comunitário dos recursos em Bawa.

Para a colecta de dados em Bawa, foi necessário fazer uma combinação de métodos e técnicas, principalmente as entrevistas e observação directa. O estudo consistiu na recolha e análise de dados qualitativos, contudo precisou de dados quantitativos como complementares para o entendimento de certos aspectos relevantes para a presente

² Carlos Campos, professor da Escola do Segundo Grau de Zumbo

dissertação. Em reforço às entrevistas semi-estruturadas, os grupos de discussão foram constituídos como fontes de criação de uma discussão mais aberta e rica, compreendendo grupos heterogéneos de homens e mulheres, jovens e adultos, dirigentes e população em geral.

Os encontros com a comunidade ajudaram na colecta de informação sobre as instituições locais, formas de organização da comunidade e mecanismos de articulação, histórias locais, estratégias de sobrevivência e formas de exploração dos recursos naturais. Como forma de confrontar os dados recolhidos em grupos focais, houve necessidade de orientar algumas entrevistas individuais com pessoas aleatoriamente seleccionadas fora dos participantes dos grupos focais. Depois de verificar que nos grupos focais mistos as mulheres tinham pouca expressão, houve necessidade de formar um grupo focal constituído somente por mulheres em número de nove (9). Este método ajudou bastante na obtenção de informação e sensibilidades de mulheres que no grupo misto não conseguiam expressar por motivos ligados à realidade cultural da região e complexo de inferioridade das mulheres.

A observação da organização das pessoas, coisas, o relacionamento e discussões informais com membros de diferente *status* dentro da comunidade (membros do PMA³, pescadores, marinheiros, fiscais de florestas e fauna bravia, comerciantes de peixe nacionais e outros provenientes de Zimbabwe e Zâmbia, membros da organização mundial luterana, etc.) permitiram captar a verdadeira imagem da situação, especificamente das coisas de difícil verbalização em encontros mantidos com a comunidade tanto em grupos focais como em entrevistas individuais.

1.6 RESUMO DOS CAPÍTULOS

Esta tese está dividida em 6 capítulos. A seguir a este primeiro capítulo introdutório apresentamos o resumo de cada um dos capítulos.

³ Programa Mundial de Alimentação

- **Capítulo 2** – Este capítulo apresenta a descrição do local do estudo. Nesta parte enquadrámos aspectos relacionados com clima, vegetação e relevo. Encontramos ainda neste capítulo a caracterização etno-linguística e sócio-económica da população, suas formas de sobrevivência e organização administrativa;
- **Capítulo 3** – Este capítulo apresenta a revisão da literatura relevante sobre o tema. Aqui, enquadrámos o maneio comunitário dos recursos naturais a nível do mundo, da África e em Moçambique particularmente. O capítulo discute posições divergentes de diferentes autores no que diz respeito à necessidade de envolvimento das comunidades no maneio de recursos naturais.
- **Capítulo 4** – O capítulo apresenta os resultados do caso de estudo. Começa por apresentar a percepção da comunidade sobre o seu envolvimento no maneio dos recursos naturais, análise dos custos e benefícios do seu envolvimento, mudanças que estas práticas introduziram no seio da comunidade em geral e em algumas pessoas particularmente. O capítulo apresenta também os desafios e oportunidades resultantes do maneio comunitário dos recursos. Na sua parte final o capítulo analisa os mecanismos de coordenação entre as várias instituições envolvidas no maneio para a produção da riqueza local e redução da pobreza das comunidades abrangidas, sem perder de vista a questão da sustentabilidade na utilização dos recursos.
- **Capítulo 5** – Este capítulo apresenta a discussão dos dados encontrados no campo durante a pesquisa empírica.
- **Capítulo 6** - Faz a conclusão geral do trabalho. Este capítulo faz a sumarização dos vários aspectos julgados relevantes ao longo deste trabalho.

1.7 CONCLUSÃO:

O primeiro capítulo faz uma breve contextualização do maneio comunitário ao nível do mundo, África e Moçambique particularmente, apresentando as suas influências positivas e negativas na vida das pessoas. Este capítulo apresenta ainda os objectivos da pesquisa, a racionalidade do estudo, as principais hipóteses da pesquisa, a metodologia para a colecta de dados. O próximo capítulo (Capítulo 2) vai apresentar a descrição do local de estudo.

CAPÍTULO 2: DESCRIÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

2.1 INTRODUÇÃO

O capítulo anterior (Capítulo 1) apresentou os objectivos da pesquisa, a racionalidade do estudo, as principais hipóteses e a metodologia usada na colecta de dados. O presente capítulo (Capítulo 2) faz a descrição física e sócio-económica do local de estudo, organização administrativa e formas de vida da comunidade.

2.2. LOCALIDADE DE BAWA: ASPECTOS HISTÓRICOS.

A localidade de Bawa é habitada por uma população de linhagem Tchewa, conseqüentemente citchewa é a língua mais falada naquela região. Bawa foi muito afectado por tráfico de escravos na segunda metade do século XV, devido à sua proximidade com Distrito de Zumbo onde se localizava a fortaleza para albergar escravos antes de seu embarque para a venda pelo colonizador português. Para além do grupo étnico Tchewa, existem no local muitas pequenas linhagens, com destaque para os manyungwe, nyanja e shona, estes últimos de origem zambiana ou zimbabweana.

2.3 ASPECTOS BIOFÍSICOS

A localidade de Bawa está situada ao longo do Rio Zambeze, a sul da província de Tete. O Rio Zambeze é o limite natural que separa Bawa do distrito de Zumbo, Zimbabwe e Zâmbia. É uma zona constituída basicamente por um solo argiloso.

2.3.1 Clima e Vegetação

À semelhança de todos os distritos do sul da Província de Tete, Bawa caracteriza-se por um clima quente e seco, com duas estações durante o ano, nomeadamente o verão e inverno. O inverno é seco e fresco, ocorrendo normalmente a partir dos meses de Abril e

Outubro, por vezes prolongando-se até finais de Novembro. Por seu turno, o verão tem sido quente e húmido, ocorrendo entre os meses de Dezembro a Março. Esta região tem registado precipitações ainda que em pequena escala, entre os meses de Novembro e Abril e a precipitação média anual varia entre 450mm e 750mm (DPTT, 2003)⁴.

A localidade de Bawa é composta por uma diversidade vegetativa, compreendendo diferentes formações florestais e ecossistema que abrangem também uma faixa estreita a Norte e Sul de Zambézia. O ecossistema de Mopane é caracterizado por maior predominância da espécie *colophospermum mopone* intercalada com *acácia spp*. Para além do ecossistema encontramos outras formações florestais com espécies vegetais de maior importância para fins medicinais, frutos comestíveis, material de construção, etc. (DPTT, 2003).

2.4 ASPECTOS SÓCIO- ECONÓMICO E ADMINISTRATIVOS

De acordo com o último censo populacional do país, Bawa possui cerca de 5.466 pessoas, das quais 2.574 são mulheres (INE, 1999). No que diz respeito à actividade económica, Bawa encontra-se ainda muito fraco devido à falta de infra-estruturas. Contudo, em termos comerciais, Bawa tem uma estreita ligação com o município zambiano de Luângua, que dista a aproximadamente 12 km.

Em termos administrativos, Bawa é uma localidade que se subordina directamente ao Posto Administrativo de Xinthopo. Como nível mais baixo da divisão administrativa, a localidade é chefiada por um presidente, o qual pode ser por indicação do administrador do distrito ou eleito pela comunidade local (Matsimbe, 2003). Este geralmente trabalha em coordenação com as autoridades tradicionais ou régulos.

⁴ Guia do potencial turístico da provincial de Tete.

2.4.1 Formas de Sobrevivência

A caça e a pesca são actividades mais predominantes para a sobrevivência das comunidades, seguidas de agricultura e criação de animais de pequena espécie como patos, galinhas, gado caprino, suíno e ovino. O gado bovino tem sido raro por causa da predominância da mosca tsé-tsé. Devido à seca que assolou bastante a localidade de Bawa durante a última campanha agrícola, existem no local instituições que estão a minimizar os efeitos de fome, é o caso do PMA e a Federação Mundial Luterana que distribuem alimentos às populações de Bawa e de outras povoações.

Outros recursos naturais existentes localmente incluem a floresta que fornece árvore para extracção da madeira para fabrico de pequenas embarcações usadas para pesca e como meio de transporte de pessoas e bens, bem como para construção das casas. Ainda das árvores as comunidades tiram a lenha.

2.5. CONCLUSÃO

O presente capítulo apresentou um historial sobre Bawa em termos de localização geográfica, seus aspectos históricos, características biofísicas (clima e vegetação), aspectos socio-económicos e administrativos, e formas de sobrevivência das populações locais. O próximo capítulo (Capítulo 3) vai fazer a revisão da literatura sobre o manejo comunitário dos recursos naturais.

CAPITULO 3: REVISÃO DA LITERATURA

3.1 INTRODUÇÃO

O capítulo anterior (capítulo 2) apresentou a descrição do local de estudo, tendo enfatizado aspectos da localização geográfica da localidade de Bawa, onde se situa o projecto Tchuma-Tchato, a caracterização do local em termos de clima, vegetação e relevo, a composição populacional e seus aspectos sócio-linguísticos, culturais e econômicos, bem como as suas formas de sobrevivência e organização das estruturas de poder.

Este capítulo apresenta as várias ideias de autores que se debruçam sobre a questão do manejo comunitário dos recursos naturais, ideias essas que nem sempre encontram consenso. O capítulo apresenta ainda a discussão de alguns conceitos a serem usados ao longo do trabalho. O capítulo está dividido em seis (6) secções. A seguir a esta secção introdutória, a secção 3.2 faz o enquadramento do manejo comunitário dos recursos naturais no mundo e em África; a secção 3.3 apresenta as vantagens e desvantagens do envolvimento das comunidades no manejo dos recursos naturais; a secção 3.4 dedica-se à apresentação de exemplos de sucesso no manejo comunitário dos recursos naturais; a secção seguinte, secção 3.5, faz a discussão dos principais conceitos e a última secção conclui o capítulo.

3.2 ENQUADRAMENTO DO MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS NO MUNDO E EM ÁFRICA

A questão da manutenção da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais reveste-se de grande importância a nível global, mas em África ganha mais relevância, uma vez que maior parte da população tem as suas vidas completamente dependentes dos recursos da natureza. Grandes encontros internacionais se realizam regularmente para discussão sobre o uso sustentável de recursos naturais; só em 2002 realizaram-se a 6ª Conferência

da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a 12ª Conferência Internacional sobre Espécies Florísticas e Faunísticas em Perigo, e em 2003, o Congresso dos Parques. Todos estes eventos partilham um desafio comum que é como apoiar comunidades indígenas locais na conservação e gestão sustentável dos seus recursos naturais para a redução dos níveis de pobreza (Whande *et al.*, 2003). Portanto, o envolvimento comunitário no maneio dos recursos naturais afigura-se como estratégia importante em todo o mundo para um uso dos recursos para a satisfação das necessidades da presentes gerações, tendo em conta as gerações vindouras e conservação das espécies.

O nível de desenvolvimento de um país constitui elemento fundamental na determinação do comportamento das pessoas em relação à forma como tratam os seus recursos. Deste modo, vemos que nos países desenvolvidos, o comportamento das pessoas em relação ao maneio dos recursos naturais depende essencialmente do comportamento individual, uma vez que as famílias agrupam-se em termos de profissões ou actividades económicas (agricultores, operários, etc.), permitindo uma gestão eficiente dos recursos naturais e conservação ambiental, enquanto que nos países subdesenvolvidos o comportamento das pessoas em relação aos recursos naturais está dependente de muitos factores, dentre os quais (i) os níveis de rendimento a que cada um tem acesso, (ii) os sistemas de uso de terra estabelecidos pelo Estado e pelos direitos consuetudinários. Este facto dificulta em grande medida o maneio sustentável dos recursos naturais, pois cada membro de cada família africana depende dos mesmos recursos para a sua sobrevivência (Negrão, 1996).

Vários autores e escolas debatem as diferentes formas do maneio dos recursos naturais. Muitos estudos sobre o maneio de recursos naturais têm sido levados a cabo, uns com um aceso debate sobre a necessidade ou não de envolvimento comunitário na gestão de recursos naturais. Por exemplo, Negrão (1996) citando Norf (1990), considera a propriedade privada como a única instituição eficiente para o maneio sustentável dos recursos naturais, e defende que a legislação emitida pelo Estado deve ter como finalidade assegurar a actuação dos mercados, remover obstáculos, contrariar distorções, facilitar o acesso aos agentes económicos e impedir a constituição de tendências

monopolísticas e especulativas. Esta é uma tendência Neo-institucionalista. Ainda de acordo com este autor citando Bruce (1993) e Noronha (1995), “o nível micro, ou seja, as instituições locais são as mais eficientes na adjudicação dos recursos, respondendo a uma racionalidade económica que mais tarde por via da acumulação irá exigir a privatização dos recursos como forma mais eficaz de assegurar o desenvolvimento sustentável” (Negrão, 1996:10).

A teoria neoclássica convencional que também tece algumas considerações sobre o envolvimento da comunidade na gestão de recursos naturais conclui que para uma gestão sustentável dos recursos, o Estado deve ser mais do que um mero regulador de acção do mercado e que a propriedade privada é condição *sine-qua-non* para o investimento. Assim, o papel do Estado deve ser de eliminar todas e quaisquer medidas proteccionistas, através da privatização dos recursos ou da permissão da transmissão onerosa de títulos de uso e acesso à terra de acordo com o valor do mercado (Negrão, 1996). Para estas três teorias, a questão da degradação dos recursos e ambiente são consequência de aspectos económicos, daí que a tónica está na privatização dos recursos como saída para estes problemas. Ainda sobre as causas do uso não sustentável dos recursos, encontramos uma outra posição de sociólogos, que defendem que “não é somente a pobreza que é responsável pelo uso não sustentável dos recursos e degradação ambiental; eles responsabilizam também a ‘riqueza’. O sobre-consumo e os simbolismos culturais que lhes são inerentes, a adopção de tecnologias poluentes, o esbanjamento de recursos são acções com consequências a longo prazo que não se podem comparar qualitativamente com práticas de ‘sobrevivência da pobreza’. Na análise sociológica, mais do que a luta pela sobrevivência, a procura do aumento da riqueza pelas nações ricas é responsável pelo uso não sustentável dos recursos naturais” (Negrão 1996:12).

A comunalização de recursos naturais é apontada como factor de fracasso na gestão sustentável de recursos naturais, pois, a gestão participativa de bens comuns faz com que os intervenientes não se interessem pela propriedade comunalizada; como saída a este problema aponta-se para a divisão dos recursos naturais em pequenas parcelas, uma vez que ‘todo o mundo’ só pensa principalmente em si e raras vezes em interesse comum.

Quando se põe fim ao sistema de propriedade comum e criando um sistema de propriedade privada evita-se a tragédia que tem sido característica na utilização de recursos naturais e da vida silvestre. No tratamento do bem comum, no lugar da sustentabilidade o que se tem verificado é a sua destruição (Ostron, s/d).

Um outro grupo de autores mostra-se contrário à privatização ou divisão em parcelas dos recursos naturais e defende a sua comunalização como forma de garantir o seu uso sustentável. O envolvimento da comunidade no manejo de recursos é a estratégia que garantirá a redução da pobreza, e se os programas de manejo comunitário estiverem bem desenhados garantem três formas de sustentabilidade, nomeadamente: a sustentabilidade *económica, ecológica e social* (Hachileka, 2003). Estas três formas de sustentabilidade garantem a redução da pobreza pois, a sustentabilidade económica consubstancia-se no crescimento dos recursos, eficiência na sua utilização e sua distribuição equitativa; a sustentabilidade ecológica tem a ver com a utilização dos recursos sem a degradação dos ecossistemas, *habitats* ou espécies ora existentes; e por último a sustentabilidade social refere-se ao modo como é feito o manejo dos recursos tendo em conta as necessidades básicas locais e as respectivas práticas simbólico-culturais (Hachileka, 2003).

O envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais, é apontado como prática que traz resultados satisfatórios tanto na redução da pobreza como no uso sustentável dos recursos. Partindo do pressuposto de que nos países em vias de desenvolvimento a maioria da população vive nas zonas rurais e um dos mais importantes meios para a sua subsistência são os recursos naturais ao seu dispor, a sua gestão adequada poderá garantir um desenvolvimento económico e social sustentável. A participação da comunidade que vive com e desses recursos no processo de tomada de decisões relativas ao acesso e controlo dos recursos é um valor acrescido para o uso dos recursos sem degradá-los e tendo em conta as gerações vindouras (Husken, 2001). Ainda na linha de pensamento a favor do envolvimento de todos os *stakeholders*⁵ no manejo dos bens comuns, o engajamento comunitário no manejo dos recursos mostra-se como um verdadeiro instrumento para alívio à pobreza e garante a segurança alimentar das

⁵Todos intervenientes no processo de manejo sustentável dos recursos naturais

comunidades locais que dependem desses recursos para a sua sobrevivência e desenvolvimento. Desta forma, para se ter uma participação activa da população local na planificação e implementação das actividades é necessário apoiá-las e não afastá-las dos recursos (Cunha, 1999).

Apesar de ideias opostas que têm havido relativas à problemática da gestão de bens comuns onde uns defendem a privatização e outros a comunalização, a opinião mais comum é de que a participação comunitária na gestão do bem comum é um verdadeiro instrumento para o alívio da pobreza e garante a sobrevivência e desenvolvimento das comunidades locais que dependem dos recursos florestais e faunísticos. A comunidade local deve ter uma participação activa na planificação e implementação das actividades, e para isso é necessário apoiar as populações locais na gestão dos recursos florestais de forma sustentável e não retirar-las das florestas (Dias *et al.*, 1998).

Para este trabalho, assumimos a posição da necessidade de envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais como garantia de seu uso sustentável, protecção do ambiente e redução da pobreza. O manejo comunitário dos recursos naturais como garante da sustentabilidade no seu uso pela comunidade e outros intervenientes tem a sua génese em vários modelos. Neste trabalho faremos referência a apenas três modelos, nomeadamente, o *modelo orgânico*, em que a própria comunidade concebe e implementa planos de gestão para o uso sustentável dos recursos; o *modelo assistido*, que se consubstancia na ajuda pelo governo e outros organismos no aperfeiçoamento e implementação das ideias concebidas pela comunidade; e o *modelo imposto* que é o completamente concebido pelo doador, ONG⁶ ou governo; os quais não só concebem ideias como também participam na sua implementação (Hachileka, 2003).

Para se alcançar as três formas de sustentabilidade apresentadas por Hachileka (2003) é crucial o envolvimento da comunidade. Assim, a sustentabilidade social, económica e ecológica são alcançados se os programas de manejo dos recursos naturais forem concebidos em três sub-programas, a saber: *conservação*, que visa a promoção de

⁶ Organização Não Governamental

biodiversidade através de criação de um ambiente conducente à capacitação técnica das comunidades locais engajadas na gestão sustentável dos recursos naturais; *desenvolvimento rural*, que deve promover a criação de condições que favoreçam a participação equitativa na utilização e conservação dos recursos naturais pelas comunidades locais; e o sub-programa *político*, que deve tratar de questões de tomada de decisões, partilha de poder, devolução de direitos, obrigações e boa governação para fortalecer as instituições comunitárias locais (Seródio, 2001).

As teorias sobre gestão comunitária dos recursos naturais são baseadas na crença de que uma boa gestão e conservação dos recursos naturais depende da participação dos locais e da percepção de posse, por parte destes locais, de direito sobre estes recursos, daí a definição da participação como situação na qual a comunidade influencia e controla as iniciativas de desenvolvimento e as decisões sobre o uso de recursos existentes na sua área de localização (Salomão, 2001). É pois, necessário verificar se os poderes e responsabilidades de gestão atribuídos às comunidades, os procedimentos estabelecidos assim como os mecanismos de representação das comunidades e de responsabilização de vários intervenientes constituem elementos essenciais de qualquer processo de participação.

3.3 VANTAGENS E DESVANTAGENS DO ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NO MANEIO DE RECURSOS NATURAIS

O envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais acarreta custos e benefícios que devem ser partilhados por todos os intervenientes no processo. Esta parte da revisão da literatura apresenta as vantagens e desvantagens do envolvimento comunitário no maneio dos recursos naturais.

O maneio comunitário dos recursos naturais tem “influência na vida comunitária em geral e individual em particular, pois com a repartição equitativa dos benefícios resultantes da exploração de um determinado recurso as comunidades elevam o seu nível de vida, reduzem a pobreza e garantem uma sustentabilidade no seu uso” (Mushauri, 2002:72).

Estes debates apaixonantes sobre o manejo dos recursos naturais no mundo em geral, e em países em vias de desenvolvimento particularmente, convergem na ideia de que tanto a comunidade bem como os seus governantes têm a plena consciência de que não basta o uso dos recursos para a satisfação das necessidades básicas de consumo mas vêm-nos como fonte de criação de oportunidades económicas com vista a melhorar as condições de vida ao nível micro e prover riqueza para o crescimento do país, ou seja, contribuir para atingir os objectivos macro-económicos (Nhantumbo & Macqueen, 2002). Sendo as mulheres a maioria da população activa que depende grandemente dos recursos naturais, há uma necessidade de lhes ser atribuído um papel activo no processo de tomada de decisões sobre a gestão dos recursos naturais como sua fonte primária de sobrevivência (Ruhukwa, 2002).

Dentre as várias vantagens do envolvimento da comunidade na gestão dos recursos naturais a mais imediata e primordial consiste na negociação entre vários intervenientes no processo, divisão de poder e responsabilidades entre vários *stakeholders* que resulta na diminuição de desigualdades de poder e de autoridade. Estes factos têm como resultado, uma gestão sustentável dos recursos naturais, produção da riqueza e consequente melhoria das condições de vida das comunidades (Mushove, 2002). Em contrapartida, a gestão comunitária dos recursos naturais tem como aspectos negativos a geração de conflitos entre os intervenientes quando não há partilha equitativa dos custos e benefícios daí resultantes. Os conflitos no manejo comunitário dos recursos naturais podem ter várias origens, como a falta de confiança e distribuição equitativa entre os intervenientes. Neste caso, uma parte das pessoas envolvidas na gestão não acredita que as suas aspirações possam ser realizadas em simultâneo com as dos outros intervenientes porque há divergência de valores, necessidades e interesses. Este tipo de conflito, o autor chama-os latentes pois ainda se encontram ao nível individual (Rycroft, 2002).

Quando há uma parte de intervenientes que se beneficia de grande parte dos benefícios em detrimento da outra, há sempre tendência de incitação de conflito por parte de quem se sente marginalizado. Estes tipos de conflitos podem resultar no uso não sustentável dos recursos naturais pois haverá tendência para se criar novas áreas que permitirão a

satisfação das necessidades daqueles que se sentem marginalizados. O mesmo acontece quando os custos daí resultantes são dirigidos a uma parte dos intervenientes, isto pode levar a que os que se sentem lesados optem em fazer um uso sem ter em conta a degradação das espécies e gerações vindouras (Rycroft, 2002).

Dzingirai (2003) fala dos conflitos que podem ter a sua origem na marginalização dos chamados emigrantes, pois as iniciativas comunitárias de gestão de recursos naturais tendem a proteger os nativos, ao mesmo tempo que está afastando os que vêm de outras comunidades. Este proteccionismo que ao mesmo tempo se constitui numa exclusão origina descontentamento no seio dos excluídos, que podem tomar como decisão a pilhagem dos recursos ao seu redor para satisfazer seus problemas, ou ainda refugiando-se para outras áreas sem observar princípios de desenvolvimento sustentável.

3.4 EXEMPLOS DE SUCESSO NO MANEIO COMUNITÁRIO

O envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais é assumido em muitos países do mundo e em África particularmente, como forma que garante a sustentabilidade no uso dos recursos, no alívio da pobreza e geração de riqueza. Encontramos exemplos de sucesso de envolvimento comunitário no manejo dos recursos naturais principalmente em África, Europa e Ásia.

Nas Filipinas, por exemplo, a participação da comunidade na gestão de recursos naturais é vista como forma adequada para alívio da pobreza. Neste país, a estratégia da participação comunitária na gestão dos recursos naturais não só permitiu a protecção do meio ambiente como também contribuiu para a promoção da justiça social e alívio da pobreza das comunidades que residem em áreas florestais, dependendo exclusivamente dos recursos daí extraídos. A implementação da iniciativa participativa na gestão de recursos naturais nas Filipinas permitiu a melhoria das condições de vida das comunidades que residiam em zonas montanhosas que tinham as suas vidas dependentes dos recursos florestais em seu redor (Bolargadan, 1992).

No Paquistão, encontramos um outro exemplo de manejo de recursos naturais com a inclusão da comunidade como forma de incentivá-las para a sua gestão sustentável. Uma experiência levada a cabo em 1982 pela organização Aga Khan numa área de exploração de recursos florestais para extracção de madeira teve sucesso e algum tempo depois elevou a qualidade de vida dos aldeões do norte de Paquistão. Como resultado, os aldeões tiveram por si sós iniciativas de criarem áreas de plantio de árvores e reposição em locais onde exploravam a madeira (Ahmed, 1992). Com a intervenção da comunidade a organização Aga Khan conseguiu aumentar os rendimentos e qualidade de vida das pessoas, elevar o nível de desenvolvimento institucional e equitativo e desenvolvimento sustentável.

No Sri Lanka, as iniciativas de manejo comunitário surgiram em 1958, quando as agências governamentais tomaram consciência do défice da realização das suas políticas sobre a gestão de recursos naturais. Estudos feitos nas aldeias revelaram que as decisões políticas sobre o manejo dos recursos naturais ignoravam totalmente os aspectos sócio-culturais da comunidade, fazendo com que a sua implementação não tivesse sucesso, foi nesta ordem que se viu a necessidade de se ter em consideração os aspectos sócio-culturais comunitários, e a comunidade foi vista como actor importante e indispensável para o sucesso dos programas de manejo sustentável dos recursos naturais (Gamage, 1992).

O manejo comunitário de recursos naturais em África não foge aos objectivos traçados em outros países do globo. No Botswana, por exemplo, o manejo comunitário dos recursos naturais (MCRN) está baseado no princípio de que as comunidades só podem valorizar os recursos naturais se elas tiverem um controlo directo na utilização e na divisão justa dos custos e benefícios daí decorrentes (Mushove, 2001). Ainda no contexto africano, um estudo de caso sobre os aspectos positivos do manejo comunitário dos recursos naturais em Malawi mostra que estas iniciativas são de extrema importância porque permitem o *empowerment*⁷ de todos os intervenientes, principalmente os mais desfavorecidos (mulheres e os mais pobres da comunidade), os quais têm sido muitas

⁷ capacidade e poder de decisão

vezes marginalizados dos benefícios de gestão dos recursos, principalmente quando se trata de projectos com financiamentos externos (Mushove, 2001). Esta experiência da gestão participativa dos recursos naturais é apontada como sendo parte de algumas iniciativas que decorrem também na Namíbia.

Uma importante experiência de manejo comunitário vem do Zimbabwe com os CAMPFIRE⁸. Desde a sua independência nacional, em 1980, e face aos bons resultados na conservação das espécies e redução da pobreza graças a novas políticas sobre a fauna bravia no sector privado, o governo zimbabweano decidiu introduzir o conceito de CAMPFIRE no manejo comunitário dos recursos naturais, uma experiência que devido ao grande sucesso tem sido multiplicada em várias partes de África.

A análise do manejo comunitário em Moçambique passa por um conhecimento dos três estágios políticos que o país conheceu. O primeiro estágio foi de vigência do regime colonial Português, caracterizou-se por uma estrutura desenhada para favorecer a perpetuidade do colonizador. Neste período, houve uma tentativa deliberada para corromper os valores da organização comunitária tradicional, ofuscando sobremaneira as iniciativas comunitárias sobre qualquer assunto da vida da população em geral, e sobre os recursos naturais em particular (Matakala & Mushove, 2002). O segundo período vai desde os primeiros anos da independência até às primeiras eleições gerais e multipartidárias (1975-1994); neste período assiste-se à criação de estruturas completamente novas, muitas vezes com funções iguais às outras estruturas locais já existentes, o que gera conflitos entre chefias de níveis iguais (régulos contra presidentes de localidade). Apesar da criação de novas estruturas perpetuou-se o pensamento herdado do colonialismo assente na ideia de que só os governos centrais podem exercer o controlo político, económico e administrativo a todos os níveis de governação. Esta situação continuava a ofuscar as ideias comunitárias, pois apenas o governo central se estendia até ao nível mais baixo que é a localidade, representado por secretário (Matakala & Mushove, 2002). O terceiro período vai desde altura da assinatura do acordo geral da paz, e caracteriza-se pelas profundas mudanças no cenário político. A partir deste período o

⁸ communal Area Management for Indigenous Resources

governo central mostra tendências de tolerar a criação de órgãos comunitários de base democrática isentos de influências política, devendo incorporar estruturas tradicionais locais por terem bons atributos para implementação de programas específicos (Matakala & Mushove, 2002).

Foi nos princípios da década de 90 que se assistiu à aparição das primeiras iniciativas comunitárias de manejo dos recursos naturais quando se questionou a capacidade de gestão centralizada dos recursos naturais devido aos resultados pouco encorajadores daí decorrentes. Com efeito, em 1997, é aprovada a Lei 8/97 (Lei de Terra) um dos dispositivos legais que preconiza a participação das comunidades na gestão de recursos naturais ao seu dispor visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com a Lei 10/99 (Lei de Florestas e Fauna Bravia), no seu Artigo 13, alínea e), a exploração sustentável dos recursos, definida como utilização racional e controlada dos recursos florestais e faunísticos mediante aplicação de conhecimentos científicos e técnicos visando atingir os objectivos de conservação para presentes e futuras gerações, deve ter como base o princípio de harmonia entre as comunidades locais, órgãos locais do Estado e o sector privado como elemento que garante a utilização dos recursos sem prejuízo das práticas costumeiras e em conformidade com os princípios de conservação.

Por seu turno, a Resolução 8/97 que aprova a Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia, na sua parte introdutória, ponto 3, alínea a) considera que os recursos naturais (florestais e faunísticos) são fontes de geração de benefícios económicos e sociais da actual e futuras gerações. Já na alínea b) deste mesmo dispositivo, mostra que é indispensável o envolvimento das pessoas dependentes desses recursos na implementação, aproveitamento sustentável e a respectiva conservação.

Temos exemplos de manejo comunitário em Moçambique que dado o sucesso, apesar de ainda estarem na fase inicial e precisarem de mais aperfeiçoamento, merecem destaque; Podemos falar, por exemplo, do caso do manejo comunitário de recursos naturais do distrito de Goba em Maputo, onde a comunidade desempenha um papel importante na

conservação das espécies florestais existentes naquele local. Um outro exemplo do manejo comunitário de recursos naturais pode ser encontrado em Gondola, na Província de Manica, com o projecto de Pindanyanga, uma área rica em recursos florestais, hídricos, solos para agricultura e pesqueiros. E também temos o caso de Madjadjane, em Matutuine.

3.5 DISCUSSÃO TEÓRICO- CONCEPTUAL

Esta secção do capítulo da revisão da literatura dedica-se à apresentação da teoria de base que orientou o estudo e à discussão de conceitos operacionais que poderão ser empregues nesta pesquisa. São conceitos que dada a sua multidisciplinaridade devem ser definidos de forma a serem entendidos no contexto do manejo comunitário. Consideramos os seguintes conceitos como os importantes: *Participação, Comunidades Locais, Descentralização e Recursos naturais*.

Para a realização do presente trabalho, servimo-nos da teoria de escolha racional que considera que as acções dos indivíduos obedecem a um cálculo racional; assim só participam numa acção colectiva se ela reduzir os custos externos ou trazer um ganho adicional que individualmente não alcançariam (Buchanam, & Tullock, 1962).

Discutiremos primeiro o conceito de *Participação*. Este conceito constitui hoje um dos eixos centrais da discussão sobre o desenvolvimento social ao nível do mundo inteiro (Kliskberg, 1997). Em Ciências Sociais, este conceito pode assumir vários significados. A participação no contexto de tomada de decisões pode ser definido como sendo “a forma através da qual o Estado insere na prática da classe dominante de forma consensual as classes dominadas, abandonando decisões coercivas para enfatizar o consenso” (Pinto, 1996:45). Já na análise política, a participação consubstancia-se no activismo dos indivíduos nos processos eleitorais, vistos como forma institucional que legitima o poder. Nesta óptica, a participação reduz-se à descentralização do aparelho governamental e ao voto do indivíduo (Alves, 1996). Para os propósitos deste trabalho a participação é assumida como envolvimento da população, grupo alvo, no processo de tomada de

decisões. Neste caso, deve passar pelo grupo alvo o planeamento, a implementação, o controlo, a direcção e o usufruto dos dividendos do projecto (Fernandes, 1998).

O segundo conceito é o de *Comunidades Locais*. Este conceito por sua vez assume várias definições que dependendo do contexto podem ter diversos significados em Ciências Sociais, daí a necessidade da clarificação do conceito empregue neste trabalho. De acordo com Souza (1999), a comunidade é definida como “conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço residencial e que dadas as suas condições fundamentais de existência tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e desafios comuns” (8). Ainda na discussão sobre o conceito de comunidade, de acordo com os objectivos para os quais é empregue, pode ser assumido como um agrupamento de famílias e indivíduos possuindo tradições culturais, históricas e com objectivos sociais e económicos comuns (Artur, 1999). Este conceito não encontra consenso entre vários estudiosos, pois tanto pode reportar-se aos limites geográficos territoriais ou ainda à comunhão de interesses por parte de grupos populacionais. Para este trabalho empregaremos o conceito de comunidade entendido como “agrupamento de famílias ou indivíduos vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa salvaguardar interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água áreas de caça e de expansão” (Lei de Terra 10/99, Art. 1). Adota-se esta definição por ser a mais abrangente e a que melhor se encaixa neste trabalho.

O terceiro conceito é o de *Descentralização*. O conceito de descentralização aparece neste trabalho, pois, o processo de inclusão das comunidades locais na resolução dos seus problemas surge como forma de descentralização, daí que não se pode olhar para a questão de participação sem falar deste conceito. Este conceito é definido como sendo “a transferência ou delegação da autoridade judicial e política para efeitos de planeamento, tomada de decisões e gestão de actividades públicas do governo central às suas agências, unidades subordinadas ao governo, empresas públicas semi-autónomas ou autoridade de

desenvolvimento regional, governos autónomos ou ONGs” (Lundin & Machava, 1996:113). Do ponto de vista político e administrativo, a descentralização prevê a criação de instituições ou entidades autónomas em termos de personalidade jurídica. A essas entidades é confiada a continuidade de certas realizações em determinadas parcelas do território (Artur, 1999). A efectivação da descentralização política implica três vectores, a saber: desconcentração ou descentralização administrativa, descentralização fiscal e devolução ou descentralização democrática (Lundin, 1996). Para este trabalho empregaremos o conceito de descentralização no sentido de devolução ou descentralização democrática por ser a forma que vai de encontro com o tema da participação. A participação comunitária na resolução dos seus problemas passa por uma devolução de poderes para as respectivas comunidades. Assim, adoptamos o conceito de devolução entendido como “transferência de recursos e poderes e muitas vezes de tarefas para autoridades de escalões inferiores que são muito ou completamente independentes dos escalões superiores do governo e que são democráticas pois, para se alcançar resultados socialmente efectivos é necessário que os governos locais contem com a participação activa das suas comunidades no sentido de tomar iniciativas e responsabilidades por acções que conduzem ao seu desenvolvimento institucional” (Manor, 1998:18).

O conceito *Recursos Naturais* é também aqui discutido. Este conceito tem sido largamente discutido por vários autores mas não tem uma definição única. Temos por um lado os que consideram que “recursos naturais ou activos naturais são recursos com os quais um país conta como dotação natural” (Kliksberg, 1997:29). Neste trabalho, entende-se por recursos naturais “tudo quanto a natureza oferece que pode ser usado para satisfazer as necessidades humanas ou como sendo qualquer porção do ambiente natural como ar, água, solo, florestas, vida selvagem e minerais” (Gilpin, 1980:5).

3.6. CONCLUSÃO

Este capítulo fez a revisão da literatura, tendo trazido diferentes visões de vários autores e sobre a percepção das vantagens e desvantagens do envolvimento comunitário no maneio

dos recursos naturais. Apresentou ainda ideias de autores que se opõem à comunalização dos recursos e daqueles que estão a favor do envolvimento comunitário no manejo dos recursos naturais, apresentando os exemplos de sucesso alcançados com o envolvimento comunitário, fez a apresentação da teoria que orienta o trabalho e por fim o capítulo fez discussão dos conceitos operacionais empregues no trabalho. Depois da apresentação destas posições indicamos a ideia que norteia a pesquisa, que é a que defende o activismo comunitário no processo de tomada de decisões e manejo de recursos naturais. O capítulo, seguinte, o quarto, vai se dedicar à apresentação dos dados de pesquisa empírica no local de estudo em Bawa, distrito de Mágoè, província de Tete.

CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

4.1 INTRODUÇÃO

Os capítulos anteriores desta dissertação serviram como fio condutor para o entendimento deste e de outros capítulos subseqüentes. O presente capítulo apresenta o estudo de caso que é a participação da comunidade de Bawa no manejo dos recursos naturais. O objectivo principal deste capítulo é explorar o papel das comunidades na gestão dos recursos naturais naquela região.

A apresentação dos resultados está organizada da seguinte forma: A primeira secção apresenta e explica o surgimento do programa Tchuma-Tchato, a segunda secção apresenta a experiência do programa Tchuma-Tchato no manejo dos recursos comunitários nos recursos naturais. O capítulo termina com uma pequena conclusão.

4.2 SURGIMENTO DO PROGRAMA TCHUMA-TCHATO

Para o entendimento do presente capítulo há uma necessidade de se fazer um breve historial do surgimento do programa em análise. Tchuma-Tchato significa em Citchewa, língua falada em Bawa, "nossa riqueza". É um programa que inicia em 1994 como projecto, passado em 1997 a ser considerado programa. Consiste essencialmente na conservação de recursos naturais com forte envolvimento da comunidade local como garante de utilização sustentável dos mesmos recursos. Este programa surge em resposta às divergências que se geraram entre a comunidade e um privado zimbabweano que se tinha apoderado de toda a area para fins individuais (Safari), proibindo às populações de fazerem o uso dos recursos disponíveis naquela área. Foi deste modo que um grupo de investigadores da DNFFB em coordenação com a UEM, que lá esteve a estudar a possibilidade de instalar um acampamento para o instituto de investigação da fauna bravia, tomou conhecimento desta situação e fez um relatório no qual sugeria que aquele

local tivesse um projecto de manejo de recursos naturais com envolvimento directo da comunidade local. Numa primeira fase o projecto funcionou seguindo um modelo zimbabweano dos CAMPFIRE, com apoio técnico da IUCN. Este projecto começou com apoio financeiro da Fundação Ford (Nota informativa nº2 da DNFFB).

4.3 ESTUDO DE CASO: EXPERIÊNCIA E FORMAS DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS EM BAWA.

Na comunidade de Bawa o entendimento geral da comunidade em relação à introdução do manejo comunitário dos recursos naturais é de que esta estratégia traz benefícios na redução da pobreza e na conservação dos recursos. É um sentimento generalizado de que com o manejo comunitário houve mudança de vida das comunidades em geral e de certas famílias em particular. A aceitação da comunidade em aderir ao projecto deveu-se ao facto de terem reconhecido a importância da sua contribuição para a mudança da forma de gestão do bem comum para a melhoria das condições de vida comunitária. Nesta área de estudo, o envolvimento da comunidade no manejo de recursos naturais não só contribui para a conservação dos recursos como também assegura o direito de uso e aproveitamento dos mesmos, como oportunidades para aumento dos rendimentos e qualidade de vida comunitária. De acordo com as informações dos aldeões, desde a implantação do projecto, a gestão de recursos naturais melhorou significativamente, reflectindo-se na mudança de qualidade de vida. Este programa tem muitas implicações na vida das comunidades, pois, para além da conservação dos recursos gerou emprego para as comunidades, e melhoria das infra-estruturas sociais como escolas, furos de água, moageiras, motobombas, etc.

A coordenação entre as instituições governamentais e a comunidade local no manejo de recursos naturais em Bawa é de modo geral considerada positiva. As instituições locais como as autoridades tradicionais desempenham um papel crucial na manutenção de ordem no uso dos recursos; estas autoridades, gozando de maior credibilidade no seio das comunidades, funcionam como pontos focais entre as comunidades e as restantes instituições externas, particularmente as governamentais e as do sector privado.

As comunidades em Bawa reconhecem que com o seu envolvimento na gestão de Recursos naturais melhorou substancialmente a vida comunitária, pois, antes do programa do maneio comunitário dos recursos naturais a caça de animais era feita de forma furtiva e poucos tinham condições de desenvolverem esta actividade. Portanto, notava-se o desaparecimento de certas espécies porque a caça era feita de forma desordenada para fins de venda no vizinho Zimbabwe. Este facto levava a que apenas uma parte das famílias tivesse acesso aos recursos disponíveis. Um exemplo elucidativo foi dado por uma senhora de cerca de 46 anos de idade que disse na entrevista que para ela a qualidade de vida da comunidade melhorou de forma significativa e dela em particular, uma vez que mesmo não tendo ela condições para se dedicar à caça passou a usufruir da carne dos animais que é distribuída em dias festivos para que todos tenham condições para passarem condignamente as festas. Um outro facto que realçou como importante é que o seu marido deixou de ser desempregado para passar a trabalhar na fiscalização dos furtivos.

A tendência actual da comunidade é aumentar o âmbito de repercussão das suas acções para outras comunidades, de modo a melhorar a gestão dos recursos naturais, de forma a melhorar as condições de vida dessas comunidades. Nessas acções há um envolvimento das autoridades tradicionais locais para fortificar a organização da comunidade como elemento fundamental para uma boa gestão dos recursos. Espera-se que nessas comunidades, com a colaboração estreita das autoridades tradicionais, haja um comprometimento na gestão sustentável dos recursos.

Das entrevistas feitas, constatou-se que a gestão dos recursos naturais no programa Tchuma-Tchato é feita de forma participativa, com a comunidade local a desempenhar um papel fundamental, pois que está ciente dos benefícios que daí resultam. Importa ver como a comunidade se estrutura e se organiza para fazer uma gestão sustentável dos recursos naturais disponíveis em Bawa.

4.3.1 Intervenientes no Maneio de Recursos Naturais em Bawa

No processo de gestão dos recursos naturais no programa Tchuma-Tchato encontramos como intervenientes os gestores do programa, que incluem dois membros da comunidade, directamente envolvidos em todos os passos que são dados para uma gestão transparente e sustentável dos recursos naturais; existe também o Conselho superior com responsabilidade de acompanhar as actividades dos gestores do projecto e dos outros conselhos, servindo de elo de ligação entre a comunidade que é representada pelos restantes Conselhos intermédios que têm várias funções. Ainda destaca-se a existência do Conselho de vigia aos caçadores furtivos, conselho de controlo de queimadas, Conselho de fiscalização de abate de árvores, Conselho de fiscalização da aplicação das receitas resultantes das multas aplicadas aos infractores, e receitas provenientes da percentagem fixada pelo governo para programas comunitários do local da colecta fixadas em 33%, Conselho de fiscalização das pescas, Conselho para concepção de projectos e estabelecimento de prioridades na sua execução, com os gestores do programa e o sector privado que é representado pelos safaristas que se localizam dentro da área do maneio comunitário dos recursos naturais.

As autoridades tradicionais têm grande expressão nas acções do maneio dos recursos naturais, pois gozam de uma influência e confiança da comunidade. Em caso de divergência de interesses entre os vários intervenientes no processo de gestão de recursos, cabe-lhes a tarefa de tomarem em última instância a decisão para a solução do problema. Para além das instituições acima referenciadas, encontramos naquele local o governo, representado pela Direcção Provincial do Turismo, instituição que por sua vez faz-se representar no terreno através da Delegação Regional do Turismo, situado no distrito de Zumbo. Esta instituição é responsável pelo controlo das actividades turísticas, uma vez que a riqueza faunística de que dispõe aquela localidade constitui um grande atractivo turístico nacionais e estrangeiros.

Um outro interveniente no processo de manejo sustentável dos recursos naturais é o ZIMOZA⁹ que é uma iniciativa dos três países que partilham fronteiras naquela área abrangida por esses recursos. Nesta iniciativa da ZIMOZA, fazem parte os seguintes distritos: Guruve (Zimbabwe), Zumbo e Mágoè (Moçambique) e Luângwa (Zâmbia). Esta iniciativa surge dos conflitos que existiam na zona fronteiriça devido ao desflorestamento, cultivo ao longo dos rios, queimadas descontroladas, caça furtiva, pesca excessiva, fumagem descontrolada de peixe, e problemas entre animais selvagens e o homem na disputa de recursos (água e *habitats*). Há uma definição clara das actividades de cada interveniente, o que permite uma coordenação e controlo efectivo dos benefícios resultantes do uso dos recursos disponíveis.

4.3.2 Constituição dos Conselhos.

A Política e Estratégia de Desenvolvimento de Floresta e Fauna Bravia (Resolução 8/97) no seu parágrafo 56, nos pontos 3 e 4 define que “o objectivo relativo ao envolvimento das comunidades locais no manejo dos recursos florestais e faunísticos é alcançado através da constituição dos comités de gestão dos recursos naturais e definição de mecanismo de acesso aos mesmos entre vários beneficiários”.

Existem várias instituições a nível local que influenciam no manejo sustentável dos recursos naturais. Em Bawa, as instituições criadas para controlarem o uso racional dos recursos são: Conselho Superior, Conselho Local, Líderes Comunitários e autoridades administrativas. O Conselho superior opera a nível do distrito como facilitador das acções dos vários intervenientes no manejo dos recursos naturais, nomeadamente o sector privado, a comunidade, Conselhos locais. Este Conselho é constituído por um elemento do governo representando autoridade local, sector privado que neste caso é o operador do Moçambique Safari que é o privado naquela área de Bawa; dois elementos que representam a comunidade e o representante dos gestores do programa. Este conselho tem um mandato de 3 anos, convocando-se eleições dois meses antes do fim do mandato. O Conselho superior reúne-se com os Conselhos locais de gestão dos recursos com vista

⁹ ZIMOZA sigla interpretada que significa Zimbabwe (ZI) Moçambique (MO) e Zâmbia (ZA)

a uma coordenação conjunta, balanço das actividades e prestação de contas à comunidade e delineamento de estratégias para futuras actividades. O presidente do Conselho superior é eleito através de um processo transparente e universal e representa a comunidade em várias esferas sobre o maneo comunitário dos recursos naturais. Cabe-lhe a tarefa de convocar reuniões ordinárias e extraordinárias quando for necessário.

O Conselho local de gestão de recursos naturais é uma instituição constituída unicamente por membros da comunidade de Bawa. Este conselho tem o papel de velar pela observação dos direitos e deveres da comunidade no que diz respeito aos recursos naturais. A ele cabe a tarefa de desenvolver um plano para o uso dos recursos, constituição de grupos na comunidade para várias actividades comunitárias relacionadas com recursos naturais, criação de fontes para geração de rendimentos, fiscalização dos recursos e criação de condições para que o sector privado ganhe interesse por aquela área. Este conselho goza de uma governação aberta, pois todos os elementos participam no processo de tomada de decisão através de auscultação e apresentação de relatórios das actividades. Todos os membros da comunidade estão livres de concorrer para ocupar um cargo neste conselho, sem poder concorrer para três mandatos consecutivos.

A autoridade tradicional em Bawa é representada pelo régulo, este que trabalha em paralelo e em coordenação com as autoridades administrativas. Esta autoridade tem a responsabilidade de observar o cumprimento de programas do governo, fiscalizar o cumprimento da lei sobre todas as esferas da vida da comunidade em geral e sobre recursos naturais em particular. Os líderes comunitários têm um papel preponderante no maneo sustentável dos recursos, pois, garantem a observância de normas e costumes da comunidade, são agentes que têm poder de evitar a eclosão de conflitos e de dirimi-los em caso de existência. São conselheiros tanto da comunidade como de outros intervenientes no maneo dos recursos. Eles são responsáveis por cerimónias que marcam a abertura do período de caça, e de outras actividades comunitárias. Neste grupo enquadram-se os líderes religiosos dado que representam fonte de carisma na comunidade, o que lhes permite gozarem de credibilidade nas actividades do maneo comunitário dos recursos.

Temos ainda em Bawa o sector privado que é representado pelo Mozambique Safari. Este interveniente tem um papel importante no manejo dos recursos naturais na área em que se encontra estabelecido. Este operador deve garantir o controlo de todas as actividades que atentam contra o uso sustentável dos recursos e permitir que a comunidade tire cada vez mais proveito dos recursos para a satisfação das suas necessidades. Com a implantação do safari gerou-se emprego para as comunidades locais como fiscalizadores dos furtivos, estabeleceu-se guias turísticos para os turistas que para lá se dirigem. Uma outra contribuição valiosa consiste em ele participar no desenvolvimento daquele lugar, pois, disponibiliza transporte para levar materiais de construção do distrito até à localidade, nas suas receitas ele tira anualmente uma parte para a comunidade. Há uma aliança entre o sector privado e a comunidade que facilitam as comunidades a tirarem proveito dos recursos, uma vez que o privado possui licença de caça e este é que abastece a comunidade em carne, sobretudo nos dias festivos, bastando que a administração local autorize o abate dos animais para distribuição da população. O operador de safari tem a tarefa de controlar os animais, fazendo abate de animais problemáticos que podem perigar a vida de outros animais e das populações que vivem em Bawa.

4.3.3 Percepção dos Benefícios pela Comunidade

A comunidade está consciente das vantagens do uso sustentável dos recursos naturais ao seu dispor. As populações sabem dos períodos em que se deve fazer a caça, e segundo nossos entrevistados, de Outubro a Abril não se pode caçar, uma vez que os animais encontram-se na fase de reprodução; isto significa para eles a criação de condições para que no período de caça haja muitos animais. Este factor é reforçado pela proibição aos caçadores, no período de caça, de abate de fêmeas por serem elas que garantem a reprodução das espécies. Na época de defeso ou de reprodução das espécies apenas é permitido o abate de animais que representam perigo para as populações, especialmente quando evadem-se do seu habitat para as machambas das populações.

Ainda na linha de uso sustentável dos recursos, a comunidade de Bawa está consciencializada para não abater as árvores muito grandes porque constituem o habitat apropriado para grandes animais como elefante, leão, búfalo e leopardo, sendo que o abate afugenta os animais. Para evitar conflitos entre os carvoeiros e os propósitos do manejo sustentável dos recursos naturais, a comunidade criou um lugar para corte e processamento de carvão que não é o lugar de protecção das espécies faunísticas. Nesses lugares de corte e processamento de carvão, a comunidade está devidamente licenciada, e o corte depende das quantidades estipuladas na licença.

Quanto à partilha de benefícios, a comunidade considera não haver clareza sobre as percentagens. A população sabe da existência dos 33% do total das receitas que o governo preconiza através do Diploma Inter-ministerial (s/n) de Março de 2003, assinado pelos Ministros do Turismo, Justiça e Finanças; mas de acordo com os entrevistados, em cada ano vêem dinheiro sem saber qual foi o total da receita da qual se extraiu a devida percentagem. Argumentaram que “sabemos que por exemplo uma licença para abate de elefante custa 5000 USD, mas não sabemos quantas licenças são emitidas por ano. Podem dar-nos dinheiro de uma só licença e das restantes não sabemos onde vai, para não falarmos das licenças do búfalo, hipopótamo, leopardo que custam 900 USD, 1000 USD, 2000 USD, respectivamente e tantas outras” (*palavras de um entrevistado de cerca de 54 anos de idade e membro da comunidade*).

Foi possível com o dinheiro resultante de vendas e emissão de licenças e multas pela infracção das normas, construir duas escolas, um centro de saúde, compra de quatro barcos a remo para travessia, compra de duas moageiras e um tractor. De salientar que estes bens móveis e imóveis beneficiam a comunidade, pois, no caso de escolas, reduzem o nível de analfabetismo, os tractores ajudam na lavoura e na abertura de picadas. Por seu turno, os barcos permitem a travessia do rio Zambeze de pessoas e de mercadorias para a zona económica de Zumbo. O tractor é usado pela comunidade através de sistema de aluguer com pagamento em dinheiro para compra de combustível ou em produtos que são vendidos para as pessoas que os necessitam.

Com a implantação do programa do manejo comunitário dos recursos, reduziu-se consideravelmente a acção dos furtivos que figuravam em primeiro plano nas acções de degradação dos recursos. A redução foi possível através das iniciativas comunitárias que acharam por bem seleccionar os potenciais furtivos da área como fiscais das acções dos outros caçadores furtivos e ainda de caçadores licenciados para não abaterem espécies protegidas. Foi assim que conseguiram reduzir consideravelmente as práticas de caça furtiva.

De acordo com uma anciã de cerca de 65 anos de idade, as autoridades tradicionais têm um controlo directo das acções da comunidade, pois, não se pode iniciar a actividade de caça antes de abertura oficial onde é necessário invocar os espíritos para apaziguarem os animais para não atacarem os homens nem fugirem dos caçadores. Esta tarefa cabe a uma curandeira muito respeitada, a senhora Mariana.

Porque a zona de Bawa é ciclicamente afectada pela seca, com fraca precipitação, a actividade agrícola não traz muitos rendimentos, a comunidade comprou uma motobomba para irrigação das machambas que se localizam ao longo das margens do rio.

4.3.4 Oportunidades e Desafios

A inclusão da comunidade no manejo de recursos naturais constitui uma oportunidade para a comunidade construir suas infra-estruturas sociais que tanto fazem falta. Para eles isto é possível desde que haja uma mudança na forma como a gestão dos benefícios está sendo feita. É necessário clarificar-se a forma como é feita a distribuição dos 33% para a comunidade e transparência na sua aplicação; também torna-se necessário expandir a iniciativa para outras comunidades que dispõem de recursos e que o seu manejo não é feita de forma sustentável.

Um outro grande desafio que a comunidade estabeleceu é a eliminação total dos furtivos, carvoeiros ilegais, emissão de licenças de pesca artesanal para os estrangeiros, uso de redes de malhagem proibida aos estrangeiros e nacionais. A comunidade espera poder

influenciar o governo a estabelecer taxas justas por prática de actividade pesqueira e de corte de árvores para madeira e carvão, banir o sistema de pesca por arrasto e uso de produtos tóxicos para captura do pescado.

Com o maneiio comunitário dos recursos, abre-se uma oportunidade para salvaguardar-se cada vez mais os interesses das comunidades indígenas; criar condições para promoção da actividade turística, fonte que poderá contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da região. A comunidade pretende sentir-se directamente envolvida no processo de fiscalização dos recursos tanto na área do maneiio comunitário como na jurisdição dos safaristas, assim estaria a complementar as capacidades do governo de fiscalização do património público. Os agentes comunitários têm mais capacidade de fiscalizar do que os fiscais do Estado que pouco sabem das potencialidades e localização dos recursos. Este facto leva a comunidade a reivindicar o domínio total sobre as actividades de fiscalização, eliminando-se os fiscais estatais que são acusados de praticar negócio ilícito dos produtos faunísticos com os furtivos.

4.3.5 Mecanismos de Acesso aos Recursos Naturais

Foram instituídos mecanismos para a comunidade se beneficiar dos recursos ao seu dispor, pois, sabe-se que todos dependem essencialmente deles. A comunidade vive dos recursos e por isso tem a consciência de que tem de satisfazer as suas necessidades básicas mas também são fonte para aumento das oportunidades económicas para melhorar as suas condições de vida e criar riqueza. Para o acesso aos recursos, a comunidade pode recorrer às licenças para a exploração de um determinado tipo de recurso. O Governo através da Direcção Provincial do Turismo, Departamento das Áreas de Conservação emite licenças de exploração de caça, a Direcção Provincial de Pescas por sua vez emite licenças de pesca. Uma outra forma de acesso aos recursos faunísticos consiste em os gestores do programa decidirem abater animais para a distribuição da população, esta última forma de acesso aos recursos acontece frequentemente em dias festivos. Há casos de caçadores furtivos que não se sentindo satisfeitos com a forma como é feita a distribuição, recorrem às formas alternativas de aquisição de carne para

satisfazer as suas necessidades de consumo e por vezes para venda, destruindo recursos sem gerar rendimentos que beneficiem a comunidade.

4.4 CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou os intervenientes no processo do maneio comunitário dos recursos, garantindo a sua sustentabilidade. O capítulo começou por trazer elementos que mostram a existência de participação da comunidade no maneio dos recursos, depois apresentou os intervenientes no processo de gestão, no terceiro momento o capítulo tratou de mostrar a forma da constituição dos conselhos de gestão e seus papéis, onde falamos dos conselhos superiores e dos conselhos locais.

No concenente às autoridades, este capítulo abordou a importância da autoridade administrativa e líderes comunitários, como instituições que gozam de simpatias junto da comunidade, o que serve como elo de ligação entre a comunidade e outras instituições, através de resolução de conflitos e mediação para garantir maior proveito dos recursos na melhoria das condições de vida da comunidade. O capítulo mencionou as oportunidades que se abrem com envolvimento da comunidade no maneio dos recursos e desafios que espera enfrentar com vista a alcançar os objectivos previamente definidos. Na sua última parte, o capítulo apresentou as formas comunalmente instituídas para se ter acesso aos recursos que são geridos com iniciativas comunitárias.

O próximo capítulo (Capítulo 5) vai fazer uma análise dos resultados de estudo empírico, tendo em conta os objectivos previamente estabelecidos.

CAPÍTULO 5: ANÁLISE DE DADOS

5.1 INTRODUÇÃO.

Os quatro capítulos anteriores providenciaram instrumentos necessários para um melhor entendimento do presente capítulo (Capítulo 5). A seguir ao capítulo introdutório (Capítulo 1) no qual apresenta-se os objectivos e a racionalidade do estudo, o capítulo dois (Capítulo 2) apresenta a descrição do local de estudo, sua localização geográfica, aspectos sócio-económicos e biofísicos. O capítulo três (Capítulo 3) apresentou a revisão da literatura sobre manejo dos recursos naturais, e o capítulo quatro (Capítulo 4) apresentou o estudo de caso, com maior enfoque para o papel da comunidade e outras instituições locais no manejo dos recursos naturais.

O presente capítulo (Capítulo 5) lembra o leitor o que foi apresentado, enfatizando os pontos mais importantes discutidos ao longo do trabalho. A seguir a esta introdução, o capítulo discute a forma como as políticas governamentais contribuem para a redução do impacto das práticas costumeiras no manejo sustentável dos recursos naturais. Esta secção é seguida por uma outra que sumariza as tendências de manejo comunitário de recursos naturais, e o capítulo fecha com uma pequena conclusão.

Acreditando na ideia de que o envolvimento comunitário é uma estratégia para uma gestão sustentável dos recursos naturais (Husken, 2001), o estudo reconhece o papel das instituições locais, formais e informais bem como outras organizações que directa ou indirectamente funcionam como alternativa na redução do uso não sustentável dos recursos naturais. Tomando o caso de Tchuma-Tchato, o estudo explora o papel das comunidades e instituições locais na gestão dos recursos naturais desde a implementação do projecto em 1994.

O estudo começou por identificar os intervenientes no processo de gestão dos recursos naquele local, bem como as sinergias, conflitos e oportunidades inerentes à sua interação.

A sobrevivência das comunidades que dependem dos recursos naturais e as práticas de uso sustentável dos recursos naturais com o envolvimento da comunidade são a preocupação deste trabalho de fim de curso. O estudo analisou as formas pelas quais as comunidades conciliam dois objectivos que a prior se mostram exclusivos, nomeadamente a resolução dos problemas de sobrevivência e uso sustentável dos recursos naturais. A análise está organizada em duas secções: a primeira secção apresenta a visão do governo sobre o envolvimento da comunidade no maneiio de recursos naturais; a segunda secção apresenta resultados da experiência do envolvimento da comunidade no maneiio dos recursos naturais de Bawa.

5.2 MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS

Durante várias décadas, a falta de envolvimento da comunidade no maneiio dos recursos naturais gerou impactos negativos tanto para a comunidade como para o país em geral, uma vez que o uso dos recursos era feito sem tomar em consideração a questão da degradação das espécies e do ambiente, nem nas gerações vindouras (Grad, 1998).

A partir dos anos 80 começa-se a notar o respeito pela Flora e Fauna Bravia, ao mesmo tempo que o discurso pela conservação passa a ser dominante em África em Geral e na África Austral em particular. Aos estados saídos das independências faltaram capacidades de gerir as comunidades e as áreas ricas em recursos naturais através de regulamentos e aplicação de sanções para acções negativas. Deste modo, os Governos sentiram a necessidade de dar incentivos positivos que garantissem às populações locais a sua participação na conservação dos recursos e inclusão de práticas costumeiras para o uso sustentável de recursos naturais a seu dispor (Valente & Miguel, 2003).

Uma das principais metas do Governo de Moçambique é a redução da pobreza que graças mais de um terço da população moçambicana (Kachamila, 2001) e todos os sectores governamentais nos seus planos integram esta componente. Assim, surge o manejo comunitário dos recursos naturais como estratégia do subsector de Florestas e Fauna Bravia, que visa motivar a promoção do envolvimento dos utentes na gestão dos recursos naturais com vista a colher benefícios e garantir o seu uso sustentável (Nhantumbo, 2002) e ao mesmo tempo contribuir para a redução da pobreza. O desenho de instrumentos legais como a Lei 10/99 que auxiliam a política e estratégia é testemunho da implementação do envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais (Nhantumbo, 2002).

A pobreza e a fome, como factores que criam uma forte dependência na exploração dos recursos naturais para a sobrevivência das comunidades, durante muito tempo privaram as populações de uso planificado dos seus recursos. Aliado a estes dois factores está a falta de conhecimentos gerais sobre a gestão dos recursos naturais, o que agravou a situação da degradação dos recursos. Como solução a estes problemas, viu-se a necessidade de se criar parcerias entre comunidades e o Estado, com ONGs ou ainda com o sector privado (Nhantumbo, 2003).

O uso sustentável dos recursos naturais pressupõe a transformação na governação, requer novas formas e mecanismos integrados de tomada de decisões, de modo a promover convergência de interesses de governo e da sociedade civil. O manejo comunitário dos recursos naturais é uma estratégia efectiva de desenvolvimento sustentável que une as aspirações e as capacidades do governo, da sociedade civil e do sector privado para criar uma visão para o futuro e trabalhar tacticamente e progressivamente em direcção a tal visão, através de acções concretas e de parcerias (Husken, 2001).

As entidades governamentais moçambicanas reconhecem a importância do envolvimento da comunidade na gestão de recursos naturais. A participação das comunidades é vista como uma necessidade estratégica para erradicar a pobreza absoluta e elevar a qualidade das populações, principalmente as que vivem nas zonas rurais; este é também um dos

objectivos fundamentais do Programa Quinquenal do Governo saído das eleições gerais e multipartidárias de Dezembro de 1999. O maneio comunitário tem como um dos objectivos a conservação das espécies através do encorajamento das comunidades e dos empresários a assumirem maior responsabilidade quanto à utilização dos recursos naturais. Também se torna importante para economia nacional, uma vez que serve de atractivo para eco-turismo, o que beneficia as comunidades por oferecer maiores oportunidades de emprego e reforçar suas capacidades de exercer seus direitos cívicos de gestão e maneio de recursos naturais (IUCN, 1998).

5.3 O PAPEL DA COMUNIDADE NO MANEIO DOS RECURSOS NATURAIS EM BAWA.

No programa Tchuma-Tchato, devido à consciência que as comunidades têm de prossecução do objectivo comum, e o reconhecimento da sua importância nas acções para o maneio sustentável dos recursos naturais, elas têm mostrado entusiasmo em unir-se e constituir uma força que procura influenciar cada vez mais as decisões sobre recursos naturais. Um dos factores motivadores deste entusiasmo são os incentivos que advêm das suas acções colectivas.

Bawa é uma das localidades com uma riqueza invejável em recursos florestais e faunísticos e que durante muitos anos a sua exploração foi sendo feita de forma desordenada. Sabe-se que durante muitos anos o governo achava que a comunidade destruíra os recursos na luta pela sua sobrevivência sem nenhum rendimento, daí ter decidido passar a área para administração privada de um operador de safari de origem zimbabweana, este que usava o modelo exclusivo para gestão dos recursos, com todas as decisões tomadas para salvaguardar somente os seus interesses. Esta situação modificou-se com a implementação no país de políticas e estratégias que visam o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, o governo viu a necessidade de mudar a estratégia, pois a comunidade reivindicava o seu espaço na gestão dos recursos naturais ali existentes, passando a comunidade a ser um dos protagonistas do maneio dos recursos naturais. Os modelos de decisão de tipo *top-down* foram substituídos pelo modelo inclusivo, o qual

ênfatiza o entendimento das capacidades das comunidades locais antes de qualquer intervenção de outras organizações exteriores; este modelo considera as comunidades como protagonistas de desenvolvimento e não mero reprodutores de estratégias desenhadas fora do seu contexto (Val , 1998).

De acordo com as evidências empíricas, no programa Tchuma-Tchato há um envolvimento significativo da comunidade na gestão dos recursos, e há uma percepção da importância que esta participação oferece na redução da pobreza através da partilha justa de custos e benefícios resultantes da exploração dos recursos. De acordo com o que foi constatado em Bawa, a operacionalização das políticas e estratégias está sendo feita de forma satisfatória.

Com o maneio comunitário dos recursos naturais, a vida da comunidade conheceu melhorias significativas, uma vez que foi possível erguer empreendimentos para prestação de serviç os básicos para a comunidade, nomeadamente escolas, centro de saúde, compra de barcos, tractor, abertura de vias de acesso, compra de moageiras e motobombas. Por iniciativas da comunidade, existem espécies animais que não podem ser abatidas por serem consideradas espécies em extinção e outras por serem consideradas importantes na manutenção do equilíbrio entre as espécies. Neste grupo enquadra-se a hiena por ser considerada espécie de higiene na selva; ela come todos os restos de animais deixados pelos grandes predadores, contribuindo assim para não afugentar outros animais ao verem seus 'irmãos' mortos.

Desde a implementação do programa Tchuma-Tchato em Bawa o nível de coordenação entre diferentes instituições melhorou. Mensalmente os vários intervenientes reúnem-se para fazer o balanço das actividades e correcções em caso de algumas falhas na implementação dos programas. Nestas reuniões, os intervenientes também procuram traçar estratégias para envolver mais comunidades nas acções de maneio sustentável dos seus recursos naturais.

Na comunidade de Bawa, foi notória a existência de redes de solidariedade, formadas por laços de vizinhança, familiaridade, casamento e parentesco. Estas redes funcionam para prover ajuda mútua através de troca de cereais ou espécies animais e vegetais. As pessoas que têm falta de cereais ou outros produtos como sementes, adquirem-nos em troca de trabalho para as famílias que os têm. Como foi dito na parte de apresentação dos dados, Bawa é uma zona sem condições para a criação de gado bovino; as poucas famílias que têm esta espécie animal prestam serviços de lavoura nas machambas de outros e em compensação recebem produtos de colheita da época em que trabalhou.

5.4 CONCLUSÃO

Este capítulo apresentou a análise de dados do estudo empírico realizado em Bawa, focando aspectos da forma do envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais. Começou por apresentar as políticas governamentais em relação ao envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais, e depois a análise da conjuntura nacional sobre o manejo dos recursos naturais como ponte para o entendimento do caso em estudo. O capítulo apresentou ainda a análise de dados sobre o envolvimento da comunidade no manejo dos recursos naturais, onde o entendimento sobre formas de envolvimento e benefícios constituíram foram ponto fortes deste capítulo.

O próximo capítulo vai fazer uma conclusão geral do estudo, trazendo argumentos que permitem confirmar ou infirmar as hipóteses previamente levantadas como guias orientadoras da pesquisa.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO GERAL

O capítulo anterior (Capítulo 5) dedicou-se à apresentação da análise de dados. O presente capítulo faz uma sumarização dos aspectos importantes abordados ao longo do estudo.

Explorar a dinâmica dos vários intervenientes no maneio comunitário dos recursos naturais e compreender os mecanismos de partilha de custos e benefícios resultantes da exploração de recursos naturais constituiu um dos objectivos deste trabalho. No seu capítulo 2, o trabalho procurou explorar dentre vários pontos importantes, as formas de sobrevivência das comunidades, tendo mostrado que os recursos florestais e faunísticos constituem fontes principais de sobrevivência das populações locais. Foi nesta base que iniciou a discussão das várias teorias sobre envolvimento ou não das comunidades no maneio dos recursos naturais. Vimos, no capítulo 3, que há divergência de posicionamentos, uns a defender que a privatização dos recursos é a única via de garantir a sua sustentabilidade e outros a considerarem a comunalização como instituição eficiente para uma gestão e garantia de resolução das necessidades básicas das actuais e futuras gerações. Para o presente trabalho assumimos a posição que defende o envolvimento da comunidade no maneio dos recursos naturais e em todo o processo decisório. Consideramos que todo o processo de concepção de planos, sua execução, avaliação e usufruto dos resultados deve passar pela decisão comunitária, pois as pessoas vivendo nelas têm as suas vidas dependentes dos recursos da natureza. Já no capítulo 4, parte reservada à apresentação do estudo de caso, a pesquisa mostrou que a comunidade tem a percepção da importância da gestão comunitária dos recursos naturais para a melhoria das condições de vida da comunidade.

Em Bawa foram identificados três intervenientes no maneio dos recursos naturais, nomeadamente, a comunidade, o sector privado e o governo. A comunidade, mais do que outros intervenientes, tem a percepção dos benefícios resultantes da sua participação no maneio, em comparação com as formas antigas de gestão de recursos naturais caracterizadas por existência de um privado e a actual forma em que a comunidade

desempenha um papel fundamental. O estudo conclui que a estratégia elevou a qualidade de vida comunitária através de geração de emprego e outras receitas usadas para vários programas de benefício comunitário; também reconhece que o programa veio aumentar a sua capacidade negocial na tomada de decisões sobre aspectos relacionados com as suas vidas. Mais do que custos, a comunidade mostrou que o envolvimento garantia muito mais benefícios. Contudo, alguns desafios foram apresentados. Dentre eles figuram como os mais importantes a necessidade de eliminação total dos furtivos, o que segundo a comunidade só é possível com a substituição da grande parte dos actuais fiscais por fiscais directamente controlados pela comunidade. O desafio para o governo consiste em estabelecer taxas justas por prática de qualquer actividade que tenha a ver com os recursos naturais e proibição de emissão de licenças de pesca artesanal.

O estudo sensibiliza para não se olhar para a questão da pobreza como o único factor causador da degradação dos recursos naturais, pois o aumento da riqueza e o uso de tecnologias muito avançadas têm tido grande responsabilidade na degradação dos recursos e perpetuação da pobreza.

No programa Tchuma- Tchato confirmou-se no activismo da comunidade no maneo dos recursos naturais. A comunidade de Bawa está envolvida como protagonista com conhecimentos e práticas tradicionais que servem de ponto de partida muito importante para os actores externos intervirem sem entrar em choque com os beneficiários. Porque a comunidade conhece os seus problemas e tem formas alternativas para a sua resolução, o estudo enfatiza o entendimento de todas as capacidades de que a comunidade local dispõe antes de qualquer intervenção de agentes externos sobre os recursos naturais. Contudo, deve-se encorajar parcerias com outros actores que entendam sobre o maneo dos recursos naturais com o envolvimento das pessoas beneficiárias.

O argumento central desta dissertação é que o papel jogado pelas instituições locais e outros intervenientes externos sobre recursos naturais é positivo se for orientado para a redução da pobreza e manutenção da sustentabilidade de recursos. Dados do estudo empírico infirmam as duas hipóteses levantadas, pois apesar de o programa Tchuma-

Tchato ser de iniciativa externa, a comunidade local engaja-se no manejo dos recursos naturais existentes e procura ganhar cada vez mais protagonismo nas acções de manejo. A comunidade de Bawa está organizada e demonstra uma consciência de que a actuação individualizada não permite tirar vantagens que advêm da actuação colectiva com outros intervenientes; entende que a existência de actores externos mais do que trazer problemas aumentou benefícios, tais como a geração de emprego e receitas resultantes de exploração de recursos naturais sob alçada da comunidade. A questão da luta pelo poder está afastada no programa Tchuma-Tchato, pois, todos os intervenientes obedecem a uma estrutura de poder comunalmente instituída e legitimada. Neste local, todos os intervenientes reconhecem que não dispõem de capacidades e competências suficientes para mobilizar todos os recursos de que necessitam, assim todos os intervenientes têm consciência da sua complementaridade. A existência de organizações locais fortes como conselhos de gestão de recursos naturais, líderes comunitários aumenta o poder negocial das comunidades, reduzindo todas as possíveis tentativas de manutenção de poder por um dos intervenientes no processo.

O programa Tchuma-Tchato deve ser tomado como exemplo de sucesso no manejo de recursos naturais com o envolvimento da comunidade, pois contribuiu para a melhoria nas condições de vida das comunidades. A título de exemplo, as comunidades conseguiram implantar empreendimentos para serviços básicos de que necessitavam, gerou-se emprego para as pessoas, com a diminuição dos furtivos aumentou-se significativamente a população animal. Um outro aspecto importante que deve ser tomado em conta é a tendência de a comunidade expandir as práticas de manejo comunitário dos recursos naturais para outras áreas com recursos que são usadas sem observar os princípios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, J. 1992. *AKRSP Village Organizations as Vehicle for a forestation in North Pakistan*, in: Veer, C. & Chamberlain, J. 1992. *Bangkok Regional Wood Energy Development Programme in Asia. Local Organization in Community Forestry Extension*. Washington, DC.
- Artur, L. 1999. *ONGs e a Participação Comunitária em Moçambique: O Caso da ONG Save the Children (UK) em Moçambique, Zambézia*. Tese de Licenciatura, FAEF-UEM, Maputo.
- Buchanam, J. & Tullock, G. 1962. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*, Ann Arbor, Michigan Paperback.
- da Cunha, F.F., 1999. *As Comunidades Locais no Maneio dos Recursos Naturais: a Questão da sua Representatividade do Ponto de Vista Legal*. In: Dias, P. L.; Filimão, M. E. e Mansur, E. *Comunidades e Maneio de Recursos Naturais. (Memórias da 1ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais)*. Maputo, Ministério de Agricultura e Pescas, Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia, FAO, UICN
- Direcção Provincial do Turismo de Tete. 2003. *O Potencial Turístico da província de Tete*. Tete.
- Dzingirai, A. 2003. *CAMPFIRE is not for Ndebele Migrants: the Impact of Excluding Outsiders from CAMPFIRE in Zimbabwe Valley*. *Journal of Southern Africa Studies*, Volume 29, Number 2
- Fernandes, A. J. 1995. *Introdução à Ciência Política*. Porto, Porto Editora.
- Gilpin, A. 1998. *Dicionário dos Termos do Ambiente*. Publicações Don Quixote. Lisboa
- Grad, F.P. 1989. *Alternative Dispute Resolution in environmental Law*. Harare, IUCN.
- Hachileka, E. 2003. *Community Based Natural Resources Management: Sustainability Best Practices Selected Case Studies in South Africa*. IUCN. Harare
- Husken, J. 2001. *Intervenção do Representante da Embaixada da Holanda*, in: Filimão e Massango. *Comunidade e Maneio de Recursos Naturais (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais)*. DNFFB. Maputo.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). 1999. *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997- Resultados Definitivos*. Maputo
- IUCN. 1998. *Local Communities and the Management and Development of Niassa Reserve*. Report by IUCN. Maputo.

- Kachamila, J. 2002. *Intervenção do Ministro para Coordenação da Acção Ambiental*. In: Filimão e Massango, 2001. *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais*. (Memórias da 2ª Conferência Nacional Sobre o Maneio dos Recursos Naturais). Maputo, DNFFB.
- Kliksberg, B. 1997. *O Desafio da Exclusão: Para Gestão Eficiente Social*. Edição Fundap.
- Lundin, I. B. & Machava, F. J. 1996. *Descentralização e Administração Municipal: Descrição e Desenvolvimento de Ideias sobre Alguns Modelos Africanos e Europeus*. Maputo, Fundação Fredrich Ebert
- Matakala, P.W. & Musove, P.T. 2001. *Arranjos Institucionais para o Maneio Comunitário de Recursos Naturais: Perfis de 42 Iniciativas de Maneio Comunitário de Recursos Naturais em Moçambique* (Nota técnica, projecto GCP/ Moz/056/NET). Maputo
- Matsimbe, Z. 2003. *The Role of Local Institutions in Reducing the Vulnerability of People's Livelihoods to Recurrent Natural Disasters: The Case of Búzi District, Mozambique*. A thesis submitted in Partial fulfillment of the requirements for degree of Masters Philosophy in Land Agrarian Studies. Cape Town, , PLAAS, University of the Western Cape.
- Mushaurri, J. 2002. Natural Resource Conflict Management, in: *Human and Social Perspectives in Natural resources Management*, Harare, Zimbabwe.
- Mushove, 2001 . *A Organização da Comunidade nos Programas do Maneio Comunitário dos Recursos Naturais* (Discussion Paper), in: Filimão e Massango. *Comunidade e Maneio de Recursos Naturais*. (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais). Maputo
- Mushove, P. T. 2001. *Organizações Comunitárias: O Papel dos Conselhos de Gestão, Autoridades Tradicionais, Comitês e Outras Instituições Locais na Gestão dos Recursos Naturais* (discussion paper), in: Filimão & Massango (2001). *Comunidade e Maneio de Recursos Naturais*. (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais).Maputo
- Negrão, J. 1996. *A Participação Comunitária na Gestão dos Recursos Naturais*. Projecto COMRES, GTA/MICOA. Maputo.
- Nhantumbo, I. & Macqueen, D. 2003. *Direitos das Comunidades: Realidade ou Retórica*, DNFFB, Maputo.

- Nhatumbo, I. 2002. *Intervenção da Representante da IUCN em Moçambique*. In: Filimão e Massango. 2001. *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais*. (Memórias da 2ª Conferência Nacional Sobre o Maneio dos Recursos Naturais). Maputo, DNFFB.
- Unidade de apoio (Ministério da Agricultura). Nota Informativa nº2: *Lições Sobre o Envolvimento da Comunidade Gestão na Gestão de Projecto de Recursos Naturais em Moçambique*. Unidade de apoio. Maputo.
- Ostron, E. (s/d). *El Gobierno de los Bienes Comunes*.
- Pinto, J. B. 1986. *Participação: Rito ou Prática de Classe?* Cadernos de Planeamento participativo 3. Programa de Desenvolvimento Municipal. Centros de Estudos Sociais Aplicados/UNIJUI, Ijuí-RS: UNIJUI Editora.
- Profemberg, M. 1996. *Communities and Forest Management*. IUCN Working Group on Community Involvement in Forest Management. IUCN. Washington, DC.
- Proffemberg, M. 1996. *Communities and Forest Management*. IUCN, Working Group on Community Involvement in Forest Management. Washington, DC, IUCN
- Rycroft, A. 2002. Environmental Conflict Resolution.(discussion paper). In: IUCN *Transboundary Natural Resources Conflict Management in Africa*. Harare
- Ruhukwa, D.2002. Incorporation International convention into Domestic Low, in: *Human and Social Perspectives in Natural resources Management*, Harare, Zimbabwe.
- Salomão, A. 2001. *Descentralização na Gestão de Recursos Naturais. Aspectos Legais e Institucionais* (Discussion paper), in: Filimão & Massango (2001). *Comunidade e Maneio de Recursos Naturais* (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais). Maputo.
- Serôdio K. 2001. *O papel das comunidades locais na gestão de áreas de conservação Transfronteiras*. in: Filimão & Massango (2001). *Comunidade e Maneio de Recursos Naturais*. (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário de Recursos Naturais). Maputo
- Souza, M. L. de. 1999. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*, São Paulo: Cortez Editora.
- Valá, S.C.1998, 11 de Janeiro. *Os Imperativos da Participação Comunitária no Desenvolvimento Rural*, In Jornal Domingo, nº833,pg 18.

Valente, J. & Miguel, C. 2003. *Experiência do PTT-MCRNs- Tete*. Tete. Direcção Provincial de Turismo de Tete. Tete

Whande, W., Kepe, T., Murphree, M. 2003, *Local Communities, Equity and Conservation in Southern Africa*, PLAAS, University of the Western Cape, Bellville

Legislação.

Resolução nº 8/97 de 1 de Abril (Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia), Conselho de Ministros, I série, nº 14, Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei 10/99 de 7de Julho, (Lei de Florestas e Fauna Bravia), Assembleia da República, I série, nº 27, Imprensa Nacional de Moçambique.

ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS

(Destinado a: coordenadores e colaboradores directos do projecto Tchuma-Tchato, autoridades tradicionais e administrativas locais, membros da comunidade, pessoas influentes, representantes de organizações e grupos identificados localmente...)

1.- Dados pessoais (Nome, idade, profissão, género...)

1.1. Posição na comunidade...

1.2. Já ouviu falar do Tchuma-Tchato? Com quem? Quando?

1.3. O que acha (percepção dos benefícios e constrangimentos)?

1.4. A introdução do projecto trouxe alterações na sua vida? (melhorias ou o contrário ou mesma situação? Este projecto possui um plano de maneio que regula o uso dos recursos naturais?

1.5. Quais os benefícios daí resultantes? Como é que são distribuídos os benefícios?

1.6. Como fiscalizam o uso dos recursos? E que destino são dados os recursos confiscados e multas resultantes das transgressão das regras?

2. Conhecimento de legislação

2.1. Conhece alguma lei que regula o uso de um dos recursos existentes na sua comunidade? Como teve conhecimento?

2.4. Quais são os elementos de mudança que ela traz no que concerne aos seus direitos e deveres?

2.5. Como é que ela trata o governo local, ONGs e sector privado no tocante ao maneio dos recursos naturais?

3. Comités de gestão de recursos naturais

3.1. Como a comunidade se organiza para tirar o melhor proveito dos recursos naturais?

3.2. Pertence ou conhece algum comité de gestão dos recursos naturais?

3.3. Quando foi formado e qual foi o critério da sua formação?

3.4. Que papel este comité desempenha? Como avalia o seu papel no maneio dos RNs?

3.5. Composição?

3.6. Normas de funcionamento? Reuniões regulares (periodicidade)?

3.5. Assuntos discutidos?

3.6. Essas normas são comunalmente conhecidas? E são observadas e cumpridas?

3.7. Quem detém o poder de decisão sobre o acesso aos recursos naturais (comunidade ou comité de gestão de Recursos naturais)?

3.8. Comité de gestão dos recursos naturais tem a capacidade de gerir os recursos naturais?

3.9. Quem o comité responde ou presta contas?

4. Relações inter-institucionais:

4.1. Para além da comunidade local quem mais participa na gestão dos recursos locais?

4.2. Qual é o papel da comunidade na gestão dos recursos naturais?

4.3. Como avalia o relacionamento entre a comunidade e os outros intervenientes comité na gestão dos recursos naturais?

4.4. Em caso de conflito entre comunidade e outros intervenientes (governo, estrangeiros, furtivos, fiscais) como é que esses conflitos são resolvidos? E quem são os principais intervenientes?

4.5. Qual é o efeito sobre o processo de tomada de decisões e exercício de poder na comunidade?

4.6. Será que as comunidades, autoridade local e os líderes tradicionais têm acesso aos recursos da mesma forma e com a mesma medida?

4.7. Que tipo de benefícios estão formalmente preconizados para os diferentes intervenientes no processo de gestão de recursos naturais?

5. Benefícios

5.1. Quais os recursos naturais que exploram?

5.2. Como é feita a distribuição dos rendimentos provenientes da exploração dos recursos naturais?

5.3. Constrangimentos e limitações

5.4. Quais os problemas encontrados por todos os intervenientes no processo do manejo dos recursos naturais?

5.5. Quais destes acha ser os prioritários?